

07/julho/2014

**Ao: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 16ª REGIÃO (CRP-ES)**

At.: Srs. Conselheiros

**Ref.: Relatório dos Auditores Independentesº 0063-2014**

Prezados senhores,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S<sup>as</sup>., as Demonstrações Contábeis Individuais encerradas em 31/12/2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Atenciosamente,



Elaine Lério da Silva de Luca Gonçalves – Partner

Welson Ricardo Cavalcante de Melo – Acting Partner



**CONSELHO REGIONAL DE  
PSICOLOGIA – 16ª REGIÃO  
– CRP-ES**

Demonstrações contábeis acompanhadas  
do Relatório dos Auditores  
Independentes

Em 31 de dezembro de 2013



PARTWORK  
ASSOCIADOS



## Índice

Relatório dos auditores independentes.....	2
--	---

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Conselheiros do  
**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP 16**  
Vitória - ES

Examinamos os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial do Conselho Regional de Psicologia – 16º Região (CRP-ES), levantados em 31 de dezembro de 2013, e a respectiva Demonstração das Variações Patrimoniais referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis de acordo com as normas internacionais adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa.

### **Base para opinião adversa**

Em 31 de dezembro de 2013, a entidade mantém registrado, no ativo circulante, créditos de anuidades de pessoa física e jurídica que totalizavam em R\$ 482.026. Nossos procedimentos de auditoria detectaram divergências entre o relatório auxiliar elaborado pelo departamento financeiro e o saldo contábil no montante de R\$ 46.497, para a qual não foi apresentada reconciliação contábil apropriada. A realização dos referidos créditos a receber inscritos em dívida ativa, depende do sucesso dos planos sobre os atos praticados nos próximos exercícios no contexto da procuradoria jurídica e providências tomadas às anuidades em atraso e a estimativa dos prejuízos que poderão advir quando da realização final dos recebimentos dos valores Entidade, conciliando mensalmente a posição contábil e financeiro. Devido às incertezas significativas mencionadas, não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização dos valores inscritos em dívida ativa. Dessa forma, devido à ausência de controles efetivos, análises e conciliações dos citados montantes, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os respectivos valores, bem como os possíveis efeitos que possam vir impactar as demonstrações contábeis do exercício daquela data.

A entidade não possui controle patrimonial analítico adequado para os bens componentes do ativo imobilizado e intangível que em 31 de dezembro de 2013, que totalizava R\$ 242.172, bem como a entidade não registrou a depreciação e amortização acumulada sobre os bens no exercício de 2013. Conforme definido pela NBC TSP 16.9, a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada de cada bem. Dessa forma, não nos foi possível através de procedimentos adicionais de auditoria concluir quanto a existência e valorização dos respectivos bens componentes do ativo imobilizado, bem como o saldo de depreciação acumulada e seus respectivos reflexos no resultado do exercício.

Em nossa opinião, devido à importância dos assuntos descritos na seção “Base para opinião adversa” às demonstrações contábeis anteriormente referidas não apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e o seu resultado das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário, as demonstrações das variações patrimoniais foram apresentados de forma comparativa com o exercício de 2012. Conforme a observação feita nas notas explicativas, a utilização do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conforme a portaria STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, ocorrerá em 2014. A Portaria nº 753, de 21 de dezembro de 2012 alterou a Portaria nº 437, de 12 julho de 2012 e Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011. O artigo 8º, da Portaria nº 437, passou a vigorar com a seguinte redação: “As partes” IV (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP) e V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP) deverão ser adotadas por todos os entes da Entidade até o término do exercício de 2014, e a conversão das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A Entidade não antecipou a adoção de nenhum dos pronunciamentos contábeis homologados pelos órgãos reguladores. Apresentamos, a seguir, os principais pronunciamentos que podem ter efeitos na preparação das demonstrações contábeis de 2015: IPSAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; IPSAS 3 - Políticas Contábeis, Mudança

de Estimativa e Retificação de Erro; IPSAS 5 - Custos de Empréstimos; IPSAS 9 - Receita de Transações com Contraprestação; IPSAS 11 - Contratos de Construção; IPSAS 12 - Estoques; IPSAS 14 - Evento Subsequente; IPSAS 17 - Ativo Imobilizado; IPSAS 19 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes IPSAS 21- Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Geradores de Caixa; IPSAS 23- Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências); IPSAS 24- Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis; IPSAS 25 - Benefícios a Empregados; IPSAS 28 - Instrumentos Financeiros: Apresentação; IPSAS 29 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração; IPSAS 30 - Instrumentos Financeiros: Divulgação IPSAS 31 - Ativo Intangível; Estrutura das NBCASP (NBC T SP). Nossa opinião não está ressalvada em virtudes deste assunto.

**Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2012, apresentado para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, sendo que não tivemos acesso à documentação de trabalho daquela auditoria.

Vitória, 07 de julho de 2014.

PARTWORK  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 026625/O-6



Elaine Lério da Silva de Luca Gonçalves  
Contadora  
CRC nº 1 SP 195.611/O-9

07/Julho/2014

**Ao: CRP 16 Jurisdição no Estado do Espírito Santo**

**Ref.: Relatório nº 00017-2014**

Prezados senhores,

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S<sup>a</sup>, nosso relatório sobre os trabalhos realizados no mês corrente, relativos à Revisão dos Procedimentos Contábeis e Controles Internos aplicados para elaboração das Demonstrações encerradas em 31/12/2013 do CRP 16.

Em decorrência desses trabalhos apresentamos em anexo alguns comentários precedidos e recomendações específicas, visando principalmente o aperfeiçoamento dos controles internos e/ou regularização de saldos contábeis.

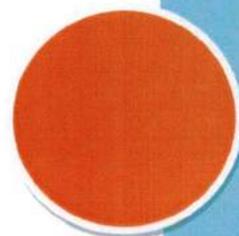
Considerando-se que os nossos trabalhos são desenvolvidos em base de testes seletivos, outras ocorrências poderão ser observadas e comentadas futuramente.

Atenciosamente,



Elaine Lério da Silva de Luca Gonçalves – Partner

Welson Ricardo Cavalcante de Melo – Acting Partner



**16 - CRP-ES - JURISDIÇÃO NO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
Relatório de Revisão dos Procedimentos  
Contábeis e controles internos em 31 de  
dezembro de 2013

## Revisão dos procedimentos contábeis e de controles internos das demonstrações encerradas em 31/12/2013

### Introdução

Efetuamos a revisão dos procedimentos contábeis e de controles internos aplicados na elaboração das demonstrações contábeis para avaliar se são suficientes para gerar a situação patrimonial e de resultado que deve ser retratada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Trabalhos desenvolvidos

#### Amostragem

A amostragem de nossos trabalhos foi determinada para obtermos o pleno conhecimento das principais contas patrimoniais e de resultado, efetuando-se testes específicos nas contas que foram preestabelecidas para os serviços realizados no corrente mês, visando obter um grau de confiabilidade satisfatório.

## Sumário dos assuntos contábeis e Pontos de melhorias nos controles internos identificados

### 1. Banco conta movimento - confronto entre saldo contábil x extratos bancários

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos extratos bancários, onde verificamos variações decorrentes de problemas de parametrização entre os módulos financeiro e contábil, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	Saldo contábil	Extratos bancários	Diferença
111120101 – Banco do Brasil Conta Poupança	96.416	96.946	(530)
<b>Total de Banco conta Movimento</b>	<b>97.416</b>	<b>96.946</b>	<b>(530)</b>

Contudo, evidenciamos que as diferenças não estão sendo devidamente conciliadas e os valores apurados não foram contabilizados em período subsequente.

### 2. Aplicações Financeiras – ausência de planilha sobre o cálculo dos rendimentos

A Auditada não possui uma planilha de acompanhamento ou controle dos rendimentos das aplicações financeiras.

A falta de acompanhamento e controle das aplicações financeiras pode acarretar distorções nos números contábeis e lançamentos errôneos de rendimentos.

### 3. Manter atualizado e arquivado o cartão de assinaturas junto às instituições financeiras

A relação de procuradores autorizados a movimentar contas correntes da auditada não foi apresentada até o término de nossos exames. Segundo informações do pessoal interno, o cartão de assinatura encontra-se em poder das instituições financeiras, onde a auditada não mantém cópias das atualizações dos procuradores autorizados (Tesoureiros) a movimentar as contas correntes.

A manutenção de tal procedimento poderá expor a Auditada a movimentações indevidas de suas operações por pessoas não autorizadas.

### 4. Credores a curto prazo – Divergência entre saldo contábil x relatório financeiro

Efetuamos o cruzamento entre o saldo contábil com os relatórios suportes, onde detectamos divergências passíveis de conciliação até o encerramento de nossos exames:

Confronto saldo contábil x relatório financeiro Conta (Anuidade - Do Exercício)					
Código	Descrição	Contabil	Financeiro	V R\$	V %
11211010101	Pessoa Física	299.383	184.442	114.941	38%
11211010102	Pessoa Jurídica	43.839	19.689	24.151	55%
<b>Total</b>		<b>343.222</b>	<b>204.130</b>	<b>139.092</b>	<b>247%</b>

Composição da Conta (Anuidade - Do Exercício Anterior)					
Código	Descrição	Contabil	Financeiro	V R\$	V %
11211020101	Pessoa Física	116.367	209.041	(92.674)	-80%
11211020102	Pessoa Jurídica	22.438	22.359	79	0%
<b>Total</b>		<b>138.804</b>	<b>231.399</b>	<b>(92.595)</b>	<b>-150%</b>

Recomendamos que seja verificada, junto ao departamento de cobrança, a posição atual sobre as providências de cobrança adotadas em relação às pendências citadas com base nos pareceres jurídicos, e que se inclua a menção sobre a forma de cobrança das anuidades já vencidas, visando à melhoria dos controles internos da Entidade. Cumpre esclarecer, que para a contabilidade, a recomendação viabiliza garantir a exatidão das informações, o total da posição deve ser comparado com o saldo da conta de controle do razão geral, e os itens componentes de cada saldo devem ser conferidos com os registros subsidiários. As diferenças encontradas devem ser investigadas e explicadas satisfatoriamente. No caso de ocorrerem diferenças não explicadas satisfatoriamente, o fato deve ser levado ao conhecimento do CFP.

Recomendamos que seja elaborada a composição analítica das anuidades a receber saldos a receber, a fim de suportar o saldo contábil na data base das demonstrações contábeis.

##### **5. Implantar manual de normas e procedimentos internos na área de cobrança**

Atualmente o departamento de cobrança não dispõe de um manual de normas e procedimentos operacionais e de controles internos.

O manual é importante e constitui em instrumento efetivo para redução de custos e das dúvidas no tocante a operacionalização dos processos do CRP-16, em eventuais rotatividades de empregados e falta de treinamento para a realização das rotinas diárias. A estruturação de um manual de procedimentos padronizado deve documentar, de forma detalhada e de fácil compreensão, o conjunto de rotinas, procedimentos e formulários, em vigor.

Essa documentação deve abranger representações gráficas, esclarecidas por comentários descritivos a respeito do funcionamento das áreas administrativas e a definição de metas estabelecidas e conter:

- o organograma da CRP-16 com clara definição do grau de responsabilidade e autoridade das funções;
- descrição das atividades a serem desenvolvidas até o nível de seção;

- indicação dos relatórios e da natureza das informações a serem produzidas por cada setor para uso dos diretores e dos funcionários graduados no desempenho de suas funções;
- especificação das datas-limite para a apresentação de tais relatórios e informações;
- definição das principais diretrizes contábeis e da função de todas as contas constantes do plano de contas, abrangendo inclusive as normas básicas de controle;
- codificação de modo a permitir uma rápida localização dos diversos assuntos e possibilitar recebimento de novas inserções à medida que forem se desenvolvendo os controles internos e os procedimentos contábeis;

Recomendamos conter, em cada capítulo, uma breve descrição da natureza da operação, dos controles internos a serem obedecidos, dos procedimentos contábeis a serem adotados e a indicação dos tipos de relatórios e a natureza das informações a serem produzidas e fixação de período/datas para elaboração dessas informações.

## 6. Entidades públicas devedoras – ausência de regularização

Permanecem pendentes, os seguintes valores que se referem a entidades públicas devedoras, porém, ainda não regularizados:

DEVEDORES DA ENTIDADE					
Código	Descrição	dez-13	dez-12	V R\$	AH %
1133202	Férias Antecipadas	8.714	8.059	655	8%
1133203	Antecipação a Fornecedor	1.080	1.000	80	8%
<b>Total</b>		<b>9.795</b>	<b>9.059</b>	<b>736</b>	<b>8%</b>

ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS					
Código	Descrição	dez-13	dez-12	V R\$	AH %
1133301	Conselho Federal de Psicologia - CREPOP	62.382	64.879	(2.497)	-4%
1133302	Conselho Federal de Psicologia - Cota Parte	3.760	2.995	765	26%
1133308	Conselho Federal de Psicologia - Cota Parte s/ Honorários	2.159	47.254	(45.095)	-95%
1133310	Conselho Federal de Psicologia – COREP	20.000	-	20.000	100%
<b>Total</b>		<b>88.301</b>	<b>115.128</b>	<b>(26.827)</b>	<b>-23%</b>

Recomendamos a verificação dos valores relacionados, a fim de possibilitar a regularização dos valores envolvidos.

## 7. Ativo imobilizado – Ausência de depreciação

A administração da Entidade, não vem registrando a os cálculos da depreciação, incorridos no exercício de 2013, dos bens que compõem o ativo imobilizado em desacordo, a NBC T 16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NBC T 16.9 – Depreciação, amortização e exaustão

*“Depreciação: a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência”.*

*“Valor depreciável, amortizável e exaurível: o valor original de um ativo deduzido do seu valor residual”.*

*“Os métodos de depreciação, amortização e exaustão devem ser compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente”.*

*“A depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base, exclusivamente, no custo de construção, deduzido o valor dos terrenos”.*

As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de imobilizado, em nota explicativa:

- a) o método utilizado, a vida útil econômica e a taxa utilizada;
- b) o valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no início e no fim do período;
- c) as mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, método e taxas utilizadas;

Recomendamos a verificação do procedimento adotado a fim de possibilitar à correta apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras aplicadas no setor público.

#### **8. Ativo imobilizado – Ausência de controle individual de bens**

A Entidade não possui controle patrimonial analítico adequado para os bens componentes do ativo imobilizado.

Dessa forma, não foi possível através de procedimentos adicionais de auditoria concluir quanto à existência e valorização dos respectivos bens componentes do ativo imobilizado, bem como o saldo de depreciação acumulada e seus respectivos reflexos no resultado do exercício.

#### **9. Instituir arquivo especial para guarda dos processos de compras de bens do ativo imobilizado**

Em razão da utilização do bem, por um período elevado de tempo, é aconselhável que sua documentação suporte seja guardada em arquivo especial, independente do arquivo geral da contabilidade, sob a responsabilidade do funcionário encarregado da elaboração das fichas de controle.

#### **10. Entidades públicas devedoras – Diferença**

Ao confrontarmos a posição do balancete em 31/12/2013 os devedores da entidade (CFP), constatamos as seguintes divergências:

ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS		
Código	Descrição	dez-13
2.1.3.1.2.01	Conselho Federal de Psicologia - Fundo de Seções	10.706
2.1.3.1.2.02	Conselho Federal Psicologia - Evento Prisional	5.391
2.1.3.1.2.05	Conselho Federal de Psicologia	0

<b>Total passivo circulante</b>	<b>16.097</b>
<b>Balancete CFP - 1.1.3.3.2.16</b>	<b>3.094</b>
<b>Diferença</b>	<b>(13.003)</b>

Recomendamos a verificação do ocorrido afim de que os saldos contábeis estejam suportados por confirmação de saldos (circularização), bem como a explicação regularização das diferenças apontadas na data base em 31/12/2013.

### **11. Implantar manual de normas e procedimentos na área do pessoal**

As normas e procedimentos relacionados à contratação, treinamento, desenvolvimento e desligamento de pessoal, bem como análise de cargos e salários, são importantes para atingir os seguintes objetivos:

- propiciar condições para o desenvolvimento profissional adequado;
- avaliar o desempenho dos funcionários, procurando enquadrá-los em funções e posições adequadas e
- adequar-se ao mercado no tocante a cargos e salários visando diminuir a rotatividade de funcionários e concursos públicos.

### **12. Manual do empregado**

A auditada não possui um manual formalizado que consolide as políticas relacionadas às relações com o empregado.

Conseqüentemente, benefícios e condições empregatícias e as expectativas da Gerência são comunicadas verbalmente aos empregados.

A ausência de um manual formalizado poderá acarretar em processos para a auditada movida por empregados que questionam os "os benefícios prometidos".

Recomendamos que seja elaborado um manual sobre as políticas da auditada com o objetivo de evitar futuros questionamentos judiciais pelos empregados.

### **13. Avaliar periodicamente o desempenho dos funcionários**

Não existem critérios definidos para avaliação do desempenho dos funcionários.

Entendemos que essa avaliação é de grande importância para o acompanhamento do desenvolvimento das áreas, dos profissionais e dos resultados positivos que a entidade pode obter, tais como redução de custos e melhoria dos controles internos.

Assim recomendamos que seja adotada uma avaliação formal e periódica, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade dos trabalhos.

#### **14. Implantar política de cargos e salários**

Constatamos a inexistência de critérios formalizados que permitam de forma adequada definir com qual parâmetros foram utilizados do salário de cada um dos funcionários da auditada.

#### **15. Previsão orçamentária para os próximos anos de 2014**

Não recebemos até o encerramento de nossos exames, a previsão orçamentária para os anos de 2014.

Entendemos que a elaboração do fluxo de caixa projetado, tem como objetivo fundamental do planejamento orçamentário é demonstrar a posição em que a Auditada deseja estar situada no futuro. O controle propicia meios para a análise e eventuais futuras correções dos resultados alcançados, mensurados em relação ao que foi previsto.

Para tanto, seria necessária a elaboração de demonstrações financeiras projetadas que apresentariam toda a gama de itens de receitas e despesas (demonstração de resultado), bem como de ativos e passivos. Complementando essas projeções, seria necessário, ainda, o exame das operações em termos de fluxo financeiro, demonstrado pelo orçamento de caixa.

A adoção de orçamentos visa, portanto, colocar à disposição da administração os elementos básicos para a tomada de decisões e propiciar o controle da situação econômico-financeira da SAEG a fim de:

- reduzir custos financeiros e operacionais;
- otimizar a captação e aplicação de recursos e
- comparar a real rentabilidade do capital investido com a esperada.

A ausência de orçamentos e controles das operações pode ocasionar tomada de decisões inviáveis, com prejuízos financeiros para a auditada.

## Observações para melhoria de controles

As observações apresentadas a seguir, referem-se aos itens que devem ser objetos de regularização de melhorias de controles:

### **2. Revisão periódica de Controles Internos**

A Gerência do CRP (Conselho Regional de Psicologia) é responsável por projetar, implementar e monitorar o sistema de controles internos.

Revisões somente são executadas de forma improvisada.

Qualquer sistema, independentemente de sua solidez fundamental, pode deteriorar se não revisado periodicamente. O sistema de controles internos deve ser continuamente monitorado para determinar se:

- a) as políticas e procedimentos estabelecidos estão sendo executados corretamente;
- b) mudanças nas condições operacionais tornaram os procedimentos incômodos, obsoletos ou inadequados; e
- c) medidas corretivas eficazes são prontamente tomadas quando falhas no sistema aparecerem.

Recomendamos que o CRP (Conselho Regional de Psicologia) nomeie pessoal apropriado para revisar a contabilidade e controles administrativos, o que inclui sistemas e procedimentos para fornecer segregação apropriada de tarefas. Essas revisões ajudarão a assegurar a proteção de ativos e o recebimento de dados financeiros materialmente precisos e confiáveis.

### **4. Proceder adequada segregação de funções**

A organização e a segregação de funções, maneira pela qual a administração delega autoridade e responsabilidades, devem constituir-se em elementos efetivos de controle.

Um dos mais importantes princípios de controles internos estabelece que as funções devam ser atribuídas às pessoas de modo que nenhuma delas possa controlar isoladamente todas as fases de processamento de uma transação, sendo assim, apresentamos casos onde esse princípio não foi plenamente atendido:

- o mesmo funcionário que registra as baixas no sistema de estoque, é responsável pela expedição (carregamento dos caminhões);
- o responsável pelas contas a receber também controla o contas a pagar;
- a responsável pelo faturamento também desempenha as funções do setor fiscal e tem acesso ao sistema de pedido de compras;

## Revisão dos Procedimentos Internos do Processo de Compras e Contas a Pagar sobre os contratos de serviços prestados

### Introdução

Efetuamos a análise dos procedimentos de controles internos aplicados pelos departamentos de compras e contas a pagar, quanto à realização das operações de compra de serviços, materiais e ativo imobilizado e seus pagamentos, além da inclusão dos registros na contabilidade.

### Objetivo

Nosso trabalho teve como objetivo a revisão do conjunto de métodos, normas e medidas adotadas pela entidade, visando obter conhecimento dos procedimentos e controles internos atualmente adotados, a fim de averiguar se estes são aplicados de forma adequada e satisfatória, no sentido de proporcionar segurança aos aspectos de salvaguarda do patrimônio da entidade.

Os comentários sobre os pontos identificados no presente relatório não representam uma garantia quanto à inexistência de outras irregularidades que poderiam ser identificadas por meio de exames mais detalhados, uma vez que nosso trabalho foi determinado com base em amostragem de casos extraídos da contabilidade.

### Programa de trabalho

Utilizamos os seguintes procedimentos para efetuar o planejamento e a execução dos exames:

#### **Determinação da amostragem**

Utilizamos como base para nossa amostragem o razão de despesas e do ativo imobilizado do período de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2013, gerado pelo departamento contábil. Selecionamos nossa amostragem para a verificação dos procedimentos:

Análise de contratações e cotações de preços para materiais e serviços (custo incorrido e despesas administrativas), verificando:

- ✓ Contrato de prestação de serviços;
- ✓ Edital da licitação;
- ✓ Modalidade do processo de contratação;
  - I – Dispensa de licitação;
  - II – Inexigibilidade de licitação;
  - III – Concorrência;

- IV – Tomada de preços;
- V – Carta convite;
- VI – Pregão;
- ✓ Apuração das cotações e de pesquisa de Mercado;
- ✓ Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro;
- ✓ Modalidade da licitação;
- ✓ Aprovação do jurídico;
- ✓ Aprovação da comissão de licitação;
- ✓ Aprovação do gestor de contratos;
- ✓ Documentação do participante da licitação;
- ✓ A natureza do serviço em relação à operação da auditada e evidência da prestação de serviço (existência);
- ✓ Os registros ao valor justo;
- ✓ O confronto da documentação suporte com o saldo contábil;

#### Exames conceituais

Efetuamos exames conceituais em pagamentos de despesas e custos, nos quais o objetivo principal era identificar inconsistências em relação ao processo normal da entidade. Esta análise teve por objetivo itens específicos, para os quais não foram necessariamente cumpridos todos os passos mencionados no item anterior. O referido exame também foi complementado com entrevistas com o pessoal interno em relação a eventuais dúvidas surgidas no processo.

#### Pontos de relatório

Na realização de nossos trabalhos, não observamos aspectos relevantes, passíveis de crítica, que devem ser objeto de ciência por parte da administração.